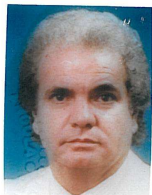


**CHEGOU O MOMENTO DE ANGOLA SE PREPARAR PARA ASSUMIR UM
PAPEL DE POTÊNCIA ECONÓMICA REGIONAL EM ÁFRICA**



Alves da Rocha
Professor Associado da Universidade Católica de Angola
alves.ucan@gmail.com

A afirmação contida no título do meu ensaio pode parecer provocação, num momento em que o assunto premente e prioritário se prende com os efeitos nefastos da crise financeira e económica internacional sobre os desígnios da nossa economia. Não obstante, parecem-me válidas as reflexões sobre as condições económicas para Angola se assumir como uma potência regional africana, até porque a crise actual pode não durar mais do que dois anos, enquanto a nossa integração na SADC e a posição que o país poderá aí exercer é quase um casamento para a vida toda.

A primeira grande região de integração económica é a própria África no seu todo. Angola é um país africano, fazendo, por conseguinte, todo o sentido encarar o processo de integração económica ao nível macroglobal. A última cimeira da União Africana avaliou o estado da arte em matéria das relações económicas e comerciais intra-africanas. Ainda que a situação não se tenha alterado do modo como os dirigentes políticos continentais pretendiam, foram assinalados registos positivos, traduzidos num aumento das exportações e importações de e para África e em taxas anuais médias de crescimento do PIB a rondar os 5,5%, entre 2002 e 2007. As opções para a intensificação da macro integração económica africana passam pelos investimentos em infraestruturas físicas conjuntas nos domínios rodoviário, ferroviário, portuário, aéroportuário, energia e telecomunicações. Sem estas bases os países africanos continuarão a preferir exportar para e importar do espaço não africano.

Qual o real peso económico – de onde poderá nascer o poder político – de Angola no contexto macroglobal de África? As classificações internacionais sobre a dimensão das economias elegem o valor do Rendimento Nacional Bruto, a preços correntes ou em paridade do poder de compra, como o indicador mais adequado. Na minha análise acrescentei mais três: o rendimento nacional bruto por habitante, o quantitativo da população e a taxa de crescimento tendencial entre 1989 e 2007.

A grande conclusão a tirar é a de que Angola, em 2007, foi a **sétima maior economia de todo o espaço africano**, incluindo-se, portanto, as fortes economias da região do Magrebe no norte de África. Entre 48 países, Angola aparece na sétima posição, o que é assinalável e pode conferir ao nosso país condições políticas para uma participação mais efectiva e assumida de condução dos destinos do nosso continente. O quadro seguinte apresenta os valores para os indicadores seleccionados e referentes a 2007.

ANGOLA E A ÁFRICA EM 2007

(rendimento nacional bruto expresso em mil milhões de dólares e o per capita em dólares; a população está em milhões de habitantes)

	A. do Sul	Nigéria	Argélia	Egipto	Marrocos	Líbia	Angola
RNB	274,0	137,1	122,5	119,4	69,4	55,5	43,6
RNBpc	5760	930	3620	1580	2250	9010	2560
População	48	148	34	75	31	6	17
Tx.89/07(%)	3,6	4,8	4,0	4,0	4,0	4,0	9,6

FONTES: Banco Mundial-Indicadores do Desenvolvimento Económico Mundial, 2008; World Bank – World Development Report, 2009; International Monetary Fund – World Economic Outlook, October, 2007; Universidade Católica de Angola – Relatório Económico de Angola, 2007.

Embora a tabela anterior apresente apenas informações relativas às sete maiores economias africanas, posso dizer que – e na medida em que analisei todas as restantes – Angola apresenta a maior taxa média de crescimento de longo prazo (entre 1989 e 2007), o que quer dizer que neste período a economia angolana foi a mais dinâmica de África. Ou, de outro modo, em 18 anos a economia angolana foi a economia africana que mais cresceu. Pode parecer paradoxal, atendendo à circunstância de durante o conflito militar interno as referências estatísticas darem taxas anuais de variação da ordem de 3 a 4%, não se devendo esquecer, por outro lado, que em 1993 a nossa economia experimentou uma fortíssima recessão económica, expressa numa taxa de crescimento do PIB de -24%. A explicação encontra-se nos níveis de crescimento alcançados depois de 2000 e, particularmente, após 2002, o ano da paz. Entre 2002 e 2007, Angola mais do que duplicou o seu Produto Interno Bruto.

Reduzindo o espaço continental à zona subsariana, a posição de Angola melhora consideravelmente, passando a **nossa economia a ser a terceira maior**, a seguir à da África do Sul e à da Nigéria, países que iniciaram a “aventura” do desenvolvimento há muito tempo. Embora a Nigéria tenha tido um conflito militar interno grave nos anos 60 – a guerra do Biafra – não foi, no entanto, tão prolongado quanto o nosso, nem de proporções tão devastadores. A África do Sul aproveitou as sanções económicas internacionais impostas contra o *apartheid*, construindo uma base industrial interna forte de substituição das importações, que acabou por lhe valer a posição de maior economia de África.

ANGOLA E A ÁFRICA SUBSARIANA EM 2007

(rendimento nacional bruto expresso em mil milhões de dólares e o per capita em dólares; a população está em milhões de habitantes)

	A. do Sul	Nigéria	Angola	Quénia	Camarões	C. Marfim	Tanzânia
RNB	274,0	137,1	43,6	25,6	19,5	17,5	16,3
RNBpc	5760	930	2560	680	1050	910	400
População	48	148	17	38	19	19	40
Tx.89/07(%)	3,6	4,8	9,6	3,6	3,4	0,3	5,7

FONTES: Banco Mundial-Indicadores do Desenvolvimento Económico Mundial, 2008; World Bank – World Development Report, 2009; International Monetary Fund – World Economic Outlook, October, 2007; Universidade Católica de Angola – Relatório Económico de Angola, 2007.

No espaço SADC, o nosso país tem tido prestações muito participativas no processo de integração económica, sendo reconhecidas, ao nível regional, as suas capacidades de crescimento, que, em parte, estão a ser aproveitadas pelos investidores sul-africanos. Tenho, no entanto, receio que, em matéria de integração económica, se esteja a caminhar depressa de mais e mal. Estão definidos critérios de convergência entre as diferentes economias, expressos nos mesmos indicadores da União Europeia e, também, nos mesmos valores, o que me parece um pouco despropositado. Por exemplo, alguns países da SADC dificilmente estarão em condições de cumprir metas de inflação de 3-5% ao ano – as respectivas estruturas produtivas, desequilibradas, fracas, sem

densidade inter-sectorial, não estão capazes de absorver choques internos ou externos sobre os preços dos produtos – ou de défice fiscal de 3% do PIB. Quanto menos desenvolvidos os países, maiores as necessidades de investimentos públicos e do Estado desenvolver uma política de apoio do sector económico.

No entanto, as grandes dificuldades – e conseqüentemente, cautelas – estão na política cambial. Fala-se que, a partir de 2020, a SADC entrará no processo de criação da moeda única. O nosso país, se aderir à zona monetária comum da SADC, deve preocupar-se com duas matérias cruciais para a sua competitividade: a paridade que vier a ser estabelecida entre o kwanza e a moeda única SADC e os diferenciais das taxas de inflação entre os países constituintes. Se a taxa de câmbio for muito elevada em favor da moeda única e se as diferenças entre os índices de inflação significativos, Angola arrisca-se a perder bastante da já de si reduzida competitividade externa. Foi o que aconteceu com Portugal, em que a relação cambial euro-escudo português foi a mais elevada dos países aderentes à União Monetária. Consequências: perda de competitividade externa, redução do poder de compra dos rendimentos e subida dos preços por influência da relação cambial. A maioria dos portugueses está convencida de que o seu nível de vida foi prejudicado pela adesão à moeda única europeia. Por outro lado, o processo de adesão a uma moeda única conduz à descida das taxas de juro, o que torna o endividamento mais barato. Foi isso, também, que ocorreu em Portugal.

Uma zona de moeda única intensifica as trocas comerciais entre os países aderentes, cujos produtos circulam livres de taxas aduaneiras ou de imposições restritivas não tarifárias. Tratando-se de países com estruturas produtivas e económicas muito diferenciadas – em que as mais fortes subjagam as mais fracas, como é o caso da SADC – é fundamental pensar-se em mecanismos de compensação das balanças de pagamentos dos países-membros. Se não, os países mais débeis arriscam-se a acumular défices sucessivos nas suas contas externas, provocando endividamento externo que pode ser muito perverso para o desenvolvimento económico. Este mecanismo de reequilíbrio passaria por se permitir ao país em risco de excessivo endividamento externo retomar, temporariamente, algumas restrições tarifárias às importações e conceder, igualmente durante um período limitado de tempo, subsídios a algumas exportações. A temporalidade destes mecanismos duraria até o país em dificuldade conseguir um reequilíbrio mínimo da sua balança de pagamentos.

Angola não pode, portanto, descurar as situações anteriores se quiser reforçar a sua posição de **segunda maior economia do espaço SADC**, logo a seguir à África do Sul.

ANGOLA E A SADC EM 2007

(rendimento nacional bruto expresso em mil milhões de dólares e o per capita em dólares; a população está em milhões de habitantes)

	A. do Sul	Angola	Tanzânia	Botswana	Zâmbia	Namíbia	Maurícias
RNB	274,0	43,6	16,3	10,9	9,5	7,0	6,9
RNBpc	5760	2560	400	5570	800	3210	5430
População	48	17	40	2	12	2	1
Tx.89/07(%)	3,6	9,6	5,7	5,6	4,0	4,3	4,3

FONTES: Banco Mundial-Indicadores do Desenvolvimento Económico Mundial, 2008; World Bank – World Development Report, 2009; International Monetary Fund – World Economic Outlook, October, 2007; Universidade Católica de Angola – Relatório Económico de Angola, 2007.

A convergência entre as economias sul-africana e angolana pode ser explicada pelas evidências estatísticas seguintes: em 2000, a relação entre os PIB era de onze para um (o PIB angolano era de cerca de 9% o PIB sul-africano), enquanto em 2007 essa proporção se reduziu para 6/1 (o PIB angolano vale 16,7% o sul-africano). Analisando-a em termos de rendimento médio por habitante e mantendo as taxas de crescimento

médio de longo prazo inseridas na tabela anterior, os angolanos estão apenas a 14 anos de igualar as condições de vida dos sul-africanos.

Na região da CEEAC é onde Angola detém toda a hegemonia económica, qualquer que seja o indicador considerado. Assim, o nosso país é a **economia mais forte** deste espaço regional africano.

ANGOLA E A CEEAC EM 2007

(rendimento nacional bruto expresso em mil milhões de dólares e o per capita em dólares; a população está em milhões de habitantes)

	Angola	Camarões	RDC	Gabão	Chade	Congo	Ruanda
RNB	43,6	19,5	8,6	7,0	5,8	5,8	3,1
RNBpc	2560	1050	140	5360	540	1540	320
População	17	19	62	1	11	4	10
Tx.89/07(%)	9,6	3,4	1,5	0,8	4,8	3,8	2,5

FONTES: Banco Mundial-Indicadores do Desenvolvimento Económico Mundial, 2008; World Bank – World Development Report, 2009; International Monetary Fund – World Economic Outlook, October, 2007; Universidade Católica de Angola – Relatório Económico de Angola, 2007.

Desta breve análise é possível alinhar as conclusões seguintes:

- Angola é, de facto, uma das maiores economias africanas e se o Governo continuar a criar as condições propícias para a diversificação estrutural, a valorização do capital humano, a livre iniciativa e a desenclavização sectorial, nada impede de o nosso país disputar a liderança política em África.
- Pode argumentar-se que esta posição económica de Angola é, sobretudo, fruto da importância da economia petrolífera e das condições positivas de que tem beneficiado ao longo dos anos. Seguramente que sim. Mas isso significa, então, que a nossa margem de progressão é enorme e muito maior do que a dos restantes países. Ou seja, quando se desenclavizar a economia e se diversificar a estrutura produtiva, Angola pode reforçar e consolidar a sua posição de líder africano.
- O nosso país é, ainda, a segunda maior economia da região petrolífera do Golfo da Guiné, com o peso político e géo-estratégico daí adveniente.
- O país está em condições de começar a encarar como natural a sua posição-líder em África e organizar-se para se assumir como potência regional com uma enorme margem de progressão futura (economia não petrolífera, valorização dos recursos humanos, ciência, tecnologia e inovação, competitividade e produtividade, investimento directo estrangeiro).
- Reivindicar a possibilidade de influenciar, em defesa dos interesses dos angolanos, os processos de integração económica (Nepad, União Africana, SDAC).

Luanda, 10 de Março de 2009.